



# 13<sup>a</sup> REUNIÃO REGIONAL SUDESTE ANPEd

EM DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA, LAICA E  
GRATUITA: POLÍTICAS E RESISTÊNCIAS

2423 - Pôster - 13a Reunião Científica Regional da ANPEd-Sudeste (2018)  
GT 15 - Educação Especial

Concepções acerca de pessoas com deficiência intelectual em sítios eletrônicos especializados  
Letícia Paloma de Freitas Pereira Silva - FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - FEUSP

## **Concepções acerca de pessoas com deficiência intelectual em sítios eletrônicos especializados**

### **Resumo**

Este trabalho é parte de uma pesquisa em andamento no âmbito do mestrado que tem por objetivo compreender a perspectiva de pessoas com deficiência intelectual acerca de seus processos de escolarização. As discussões aqui presentes abordam os capítulos iniciais do estudo, em que foi realizada coleta de informações sobre pessoas com deficiência intelectual veiculadas em sítios eletrônicos institucionais disponíveis gratuitamente ao público. A partir de conceitos da análise do discurso e da sociolinguística, apresenta-se a linguagem presente nesses documentos como instrumento capaz de potencializar diferentes formas de discriminação e assimetria entre indivíduos, configurando-se como importante fator de exclusão dessas pessoas nos contextos sociais, dentre eles o escolar.

**Palavras-chave:** Escolarização. Deficiência Intelectual. Linguagem.

## **Concepções acerca de pessoas com deficiência intelectual em sítios eletrônicos especializados**

### **Resumo**

Este trabalho é parte de uma pesquisa em andamento no âmbito do mestrado que tem por objetivo compreender a perspectiva de pessoas com deficiência intelectual acerca de seus processos de escolarização. As discussões aqui presentes abordam os capítulos iniciais do estudo, em que foi realizada coleta de informações sobre pessoas com deficiência intelectual veiculadas em sítios eletrônicos institucionais disponíveis gratuitamente ao público. A partir de conceitos da análise do discurso e da sociolinguística, apresenta-se a linguagem presente nesses documentos como instrumento capaz de potencializar diferentes formas de discriminação e assimetria entre indivíduos, configurando-se como importante fator de exclusão dessas pessoas nos contextos sociais, dentre eles o escolar.

**Palavras-chave:** Escolarização. Deficiência Intelectual. Linguagem.

### **Introdução**

Este trabalho é parte de uma pesquisa em andamento no âmbito do mestrado que tem por objetivo compreender a perspectiva de pessoas com deficiência intelectual acerca de seus processos de escolarização. No primeiro capítulo, foi discutido o silenciamento dessas pessoas, com a valorização de saberes especializados em detrimento de sua fala, numa perspectiva sobretudo biomédica, pautada no déficit e na recuperação. Para tanto, pesquisamos sobre discursos acerca de pessoas com deficiência intelectual que circulam no meio social, especificamente em sítios eletrônicos institucionais.

Se a pessoa com deficiência intelectual é conhecida, majoritariamente, em terceira pessoa, qual é o lugar a ela destinado na sociedade? Historicamente, o direito à voz é diretamente ligado à representatividade, à autonomia e à cidadania. Por meio da fala, criamos e alteramos uma realidade plena de significados que circulam no meio social.

Assim, verificamos como são construídas assimetrias por meio da linguagem, entendendo que a cada vez que usamos uma ou outra expressão, modificamos a realidade (GERALDI, 2011, p. 15).

Para o desenvolvimento do presente estudo, adotaram-se como base teórica conceitos da análise do discurso e da sociolinguística, a partir da compreensão de que a linguagem é fundamental para a construção das identidades e é nela que os poderes se inscrevem (GERALDI, 2011, p. 12).

### **Levantamento de concepções sobre deficiência intelectual**

A discussão inicial foi feita a partir da coleta de informações sobre pessoas com deficiência intelectual difundidas em sítios eletrônicos e plataformas *online* institucionais disponíveis gratuitamente ao público.

Foi realizado o levantamento de artigos, matérias jornalísticas e vídeos oficiais de quinze instituições e empresas brasileiras, públicas e privadas, que atuam ou prestam serviços a pessoas com deficiência e divulgam material informativo na internet. Foram selecionados materiais cujo conteúdo indicasse, especificamente, a definição de deficiência intelectual (palavras-chave pesquisadas: “o que é deficiência intelectual?”) ou versasse sobre a pessoa (palavras-chave pesquisadas: “pessoa com deficiência intelectual”). No total, treze textos, entre artigos e matérias jornalísticas, e dois vídeos institucionais foram contemplados. A partir do conteúdo pesquisado, aponta-se uma naturalização dos discursos sobre pessoas com deficiência intelectual.

O objetivo da pesquisa não foi o de indicar incorreções nos conteúdos apresentados pelas instituições, mas sim esclarecer que o lugar de fala dos autores é claramente demarcado e, mesmo que compreendam e considerem os direitos das pessoas com deficiência intelectual, permanecem como discursos sobre o outro, que não oferecem espaço para que essas pessoas falem.

Alguns conceitos vinculados à deficiência intelectual presentes nos textos e vídeos elencados foram: quociente de inteligência (QI); idade mental; fatores pré, peri e pós-natais ligados a deficiência intelectual; síndromes ligadas a deficiência; déficit; dificuldade; limitação; acompanhamento; ingenuidade; transtornos; comorbidades.

Ao tentar compreender os discursos sobre deficiência intelectual, entendemos que eles estão além das pessoas, dos corpos chamados deficientes, mas passam pelo entendimento histórico, social, econômico que estabelecem o modo como esses são pensados, inventados. Há uma construção cultural da deficiência diretamente relacionada ao conceito de normalidade, ao momento histórico em que essas pessoas estão inseridas. Esses sujeitos são homogeneizados e naturalizados: o que é ressaltado em seu corpos, mentes e linguagem é a falta.

Matérias jornalísticas, vídeos informativos e artigos de divulgação não podem ser entendidos como simples transmissão de informações. As palavras escolhidas pelos autores dos textos selecionados têm peso e apresentam um histórico conceitual. De acordo com Orlandi, os discursos são lugares em que podemos observar a relação entre língua e ideologia, compreendendo como a língua produz sentidos por e para os sujeitos (ORLANDI, 2009, p. 17). Considerando os textos pesquisados no estudo, foi possível refletir sobre alguns discursos em relação às pessoas com deficiência intelectual, pensando em como efeitos de sentido – para usar uma terminologia cara à análise do discurso – são reproduzidos cotidianamente.

Na elaboração teórica dos autores dos textos e vídeos pesquisados, embasada por perspectivas médicas presentes nas argumentações, torna-se clara a relação assimétrica e os conceitos negativos sobre as pessoas com deficiência. A argumentação dos especialistas é negativa, mas balizada por possíveis “melhoras” na condição da pessoa com deficiência indicada por uma aproximação da normalidade, seja pelo aprendizado formal, seja pela compreensão de comportamentos. Os conceitos apresentados pelos profissionais especializados compactuam com um imaginário já estabelecido socialmente sobre as pessoas com deficiência, ligado ao déficit. Dialogando com Patto (1997) ao discutir sobre os laudos redigidos sobre estudantes de baixa renda, temos que “a estereotipia da linguagem utilizada, a mesmice das frases, conclusões e recomendações trazem-nos à mente a imagem de um carimbo - os laudos falam de uma criança abstrata, sempre a mesma” (PATTO, 1997, p. 49). Tal como os laudos, os textos pesquisados também falam de pessoas abstratas, construídas pelo discurso.

Os sujeitos formulam suas falas a partir dos lugares que ocupam e a partir de suas memórias discursivas, ou seja, de suas histórias – carregadas de afetos e de sentidos. De acordo com Orlandi, “toda palavra é sempre parte de um discurso. E todo discurso se delinea na relação com outros: dizeres presentes e dizeres que se alojam na memória” (ORLANDI, 2007, p. 43). Dessa forma, pensamos em discursos em que estão inevitavelmente marcados pelo sujeito e por seu meio social, que dita aquilo que pode ou não ser dito em determinados contextos: as formações ideológicas se projetam na linguagem. As proposições expressas pelos especialistas, portanto, apresentam sentidos intrinsecamente ligados às posições as quais ocupam e se inscrevem (ORLANDI, 2009, p. 17). Ou seja, dependendo de quem forneça a informação, o efeito de sentido será totalmente diverso. Os autores dos textos e vídeos, assim, não estão dizendo ou propondo algo novo, mas sim reproduzindo sentidos já estabelecidos ideologicamente no meio a que pertencem, disponíveis dentro o leque de possibilidades discursivas acerca das pessoas com deficiência intelectual.

De forma mais ou menos ingênua, as pessoas em geral, e dentre elas os autores dos artigos e vídeos, entendem que os

sentidos estão presentes apenas nas palavras, e não além delas, como se uma palavra encerrasse em si toda a possibilidade de entendimento, e não estivesse intrincada num complexo emaranhado de significados ideológicos. Assim, entendo que as palavras nesses textos são naturalizadas, ou seja, o processo histórico de sua produção não é evidente para os autores, é apagado (ORLANDI, 2009, p. 25).

Nós sempre estamos a interpretar diferentes falas advindas dos mais diferentes espaços e, nesse processo de interpretação, não há como nos desvincularmos dos sistemas ideológicos ao qual pertencemos. Nossas possibilidades são as de reproduzir aquilo que já está posto ou partir para uma possibilidade de ruptura.

A partir de uma leitura sociolinguística desse panorama, Bagno afirma que a linguagem seja, talvez, o mais complexo e sutil instrumento de controle e coerção social (BAGNO, 2003, p. 16). Na linguagem, classificamos, hierarquizamos e definimos identidades. A discriminação depende de uma visão genérica e distorcida do outro. Por meio da antecipação, rotulamos e classificamos pessoas, anulando-as e silenciando-as em sua voz.

Quanto mais a lente com a qual olhamos as pessoas com deficiência intelectual tem por foco critérios próprios do que seja a normalidade e do que se espera do papel delas na sociedade, mais nos tornamos hostis e mais as silenciamos. No instinto benevolente de incluir a pessoa com deficiência intelectual, por meio de critérios construídos por nós mesmos, tornamos essas pessoas "visitantes em nossa residência": hóspedes hostilizados e silenciados pela norma (SKLIAR, 2003, p. 153). Nós inventamos a normalidade e o conceito de deficiência intelectual. Ao mesmo tempo, criamos possibilidades de controle e mesmo de ocultação dessa deficiência.

### Considerações finais

Definir algo ou alguém é uma atribuição linguística, e fica claro que esse poder de definição não é equitativo. Não são todas as pessoas que têm o mesmo direito de definir e de se definirem e isso é um produto das desigualdades sociais e simbólicas que se apresentam no cotidiano. O poder de definir uma pessoa, sem deixar que ela tenha escolha no processo da sua própria definição, traduz uma assimetria.

Dessa forma, as relações de poder estão no exercício cotidiano da língua, classificando os falantes a partir do modo como a articulam e a pronunciam dentro de determinada realidade. Quanto mais a fala não apresentar marcas de um padrão considerado menor, mais próxima ela poderá estar de um contexto de poder, não necessariamente econômico, mas social.

O percurso realizado nos capítulos iniciais do estudo culmina na afirmação de que é preciso olhar com cuidado para aquilo que entendemos e representamos como uma pessoa com deficiência. Propõe-se que o foco sobre as pessoas com deficiência intelectual seja reajustado a partir da apresentação de seus olhares. Espera-se que a deficiência intelectual não seja vista como uma fatalidade, pois esse tipo de entendimento, tão difundido entre nós, não afeta somente as pessoas com deficiência, mas também nos afeta e regula a nossa vida.

### Referências

BAGNO, Marcos. **A norma oculta: língua e poder na sociedade brasileira**. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

\_\_\_\_\_. **Preconceito linguístico: o que é, como se faz**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

GERALDI, João W. Linguagem e identidade: breve nota sobre uma relação constitutiva. In: Revista **Ciências & Letras**, Porto Alegre, n. 49, jan./jun. 2011, p. 9-19

\_\_\_\_\_. Educação sem enxada e sem ritalina: Alfabeto, alfabetização e higienização. In: COLLARES, C. A. L., MOYSÉS, M. A. A., RIBEIRO, M. C. F (orgs.). **Novas capturas, antigos diagnósticos na era dos transtornos**. Campinas: Mercado de Letras, 2013.

ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso: princípios & procedimentos**. Campinas: Pontes, 2009.

PATTO, Maria H. S. A família pobre e a escola pública: anotações sobre um desencontro. In: PATTO, Maria .H. S. **Introdução à Psicologia Escolar**. 3.ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.

SKLIAR, Carlos. **Pedagogia (improvável) da diferença: e se o outro não estivesse aí?** Trad. Giane Lessa. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.